



Certificado

Credenciamento: Portaria Ministerial nº 2378, de 22 de agosto DE 2002, publicado no D.O.U. 26 de agosto de 2002
Recredenciamento: Portaria MEC nº 780, de 26 de junho de 2017, publicado no D.O.U. 27 de junho 2017
Credenciamento EaD: Portaria Ministerial nº 31, de 10 de Janeiro de 2020, publicado no D.O.U. 13 de Janeiro de 2020

A FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, mantida pelo INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SÉCULO XXI, confere o presente certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu:

**DIREITO PÚBLICO COM ÊNFASE EM CONTRATOS E LICITAÇÕES –
750 HORAS**

Área de Conhecimento: NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS

Nacionalidade: Brasileira, Natural do estado: Pará,
Nascido(a) em 27 de Janeiro de 1994, RG: 6625233/PA.

Venda Nova do Imigrante - ES, 06 de Outubro de 2021.

SHEILA VALQUÍRIA GOMES TIMÓTEO
Diretor(a)



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SÉCULO XXI



Certificado assinado pela Diretora
VALQUIRIA GOMES TIMÓTEO.

A Pós-Graduação Lato Sensu foi iniciada no dia 26
de Março de 2021 e concluída em 26 de Setembro de
2021.

FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Registro nº 117540 Livro 784

Folha 90 Data 06/10/2021

Ykaro Oliveira Salles
Secretário Acadêmico



<https://universa.faveni.edu.br/documentos/documento-requerido/consultar-certificado-digital?pesCpf=011.619.362-03&chave=95038FA0-4A2FB291-182B8954-E8B40038>

95038FA0-4A2FB291-182B8954-E8B40038

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO PÚBLICO COM ÊNFASE EM CONTRATOS E LICITAÇÕES - 750 HORAS

DISCIPLINA	Nº	DOCENTE	CH
CONTRATOS E PARCERIAS ADMINISTRATIVAS	9,0	Esp. GISELE CRISTINA VIEIRA	60
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	9,0	Esp. ELJANE MARIA STEDILE	60
METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	10,0	DSc. ANA PAULA RODRIGUES	60
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	10,0	DSc. ANA PAULA RODRIGUES	30
DIREITO DO CONSUMIDOR	8,0	Esp. JONATHAN PIO BOREL	60
DIREITO ADMINISTRATIVO	8,0	MSc. SABRINA PEREIRA ULIANA PIANZOLI	60
COMPLIANCE - LEGISLAÇÃO PÁTRIA	9,0	MSc. FREDERICO RODRIGUES SILVA	60
LICITAÇÕES PÚBLICAS	9,0	Esp. ALEX SANTIAGO LEITE	60
MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	10,0	MSc. SABRINA PEREIRA ULIANA PIANZOLI	60
CONSTITUCIONALISMO, DEMOCRACIA E CIDADANIA	8,0	MSc. FREDERICO RODRIGUES SILVA	60
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA	7,0	MSc. JOÃO VITOR GOMES PINTO	60
ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8,0	MSc. SABRINA PEREIRA ULIANA PIANZOLI	60
CONTRATOS DE CONSUMO	9,0	MSc. SABRINA PEREIRA ULIANA PIANZOLI	60
CARGA HORÁRIA TOTAL			750

O(a) aluno(a) cumpriu a exigência mínima de 75% da frequência em todos os componentes curriculares.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Certificado

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições regimentais, resolve conferir o presente certificado a **PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS**, CPF nº 011.619.362-03, na qualidade de **Aluno(a)**, por participar da ação educacional "**CURSO LICITAÇÃO E CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SANTARÉM**", promovida pela Escola de Contas Alberto Veloso - ECAV, em 02/10/2019 - 04/10/2019, com carga horária de 20 hora(s).

Conselheiro André Teixeira Dias
Presidente do TCE-PA

Eliana Ecila Gomes e Silva
Diretor(a) Geral da ECAV



AÇÃO EDUCACIONAL	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
NOME: CURSO LICITAÇÃO E CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SANTARÉM - Edição 1 INÍCIO: 02/10/2019 14:00 TÉRMINO: 04/10/2019 17:00 CARGA HORÁRIA: 20 hora(s) MODALIDADE: Presencial LOCAL DA REALIZAÇÃO: Auditório UEPA, Santarém, Pará FACILITADOR(ES): LUIZ ROBERTO DOS REIS JÚNIOR	- LICITAÇÃO: Normas, Princípios, Modalidades, Exceções, Fases e Tipos. - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: Conceitos, Características, Rescisão do contrato. - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Leis e Instruções Normativas.
EMENTA	
LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	
Certificado emitido em 5/6/2021 12:19:03 PM. Código de autenticação: 01c4e0b940681fe475f79e2242eef4d9. Este certificado pode ser validado no endereço <http://www.tce.pa.br/sigaaacompanhamento>.	

CERTIFICADO



A Escola Mineira de Direito certifica que

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS

participou do Curso Licitações e Contratos - com base no novo marco normativo,
na plataforma digital da Escola Mineira de Direito,
com carga horária de 10 horas-aula, na qualidade de aluno(a)



Fernando de Paula Batista Mello
Diretor Presidente da EMD



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Certificado

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições regimentais, resolve conferir o presente certificado a **PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS**, CPF nº 011.619.362-03, na qualidade de **Aluno(a)**, por participar da ação educacional **"PALESTRA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADE"**, promovida pela Escola de Contas Alberto Veloso - ECAV, em 24/08/2018, com carga horária de 4 hora(s).

Maria de Lourdes Lima de Oliveira
Presidente do TCE-PA

Karla Lessa Bengtson
Diretora Geral da ECAV



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
AÇÃO EDUCACIONAL NOME: PALESTRA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADE - Edição 1 INÍCIO: 24/08/2018 08:30 TÉRMINO: 24/08/2018 12:30 CARGA HORÁRIA: 4 hora(s) MODALIDADE: Presencial LOCAL DA REALIZAÇÃO: Auditório Ministério Público , Santarém, Pará FACILITADOR(ES): RAFAEL LARÊDO MENDONÇA	
EMENTA	
Certificado emitido em 5/6/2021 12:20:08 PM. Código de autenticação: df8ab776334335f3b8424301fe5bcdca . Este certificado pode ser validado no endereço < http://www.tce.pa.br/sigaacompanhamento >.	

CERTIFICADO

Certificamos para todos os fins que

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS

participou, com êxito, do curso Licitações públicas e formação de Pregoeiros (incluindo Pregão Eletrônico por meio do Comprasnet), na modalidade presencial, realizado nos dias 01 a 05 de agosto de 2022, em São Luís/MA, com carga horária de 40 horas.

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

São Luís (MA), 05 de agosto de 2022.

instituto
CERTAME

Juianne Xavier
A B XAVIER TREINAMENTOS
CNPJ - 11.669.032/0001-09



Licitações públicas e formação de Pregoeiros (incluindo Pregão Eletrônico no Comprasnet)

Com o Professor Nilo Cruz Neto

Módulo I: Aspectos gerais do Pregão Eletrônico

Introdução à modalidade pregão. Breve histórico e aplicabilidade. Objetos licitáveis por pregão. Bens e serviços comuns. Serviços de engenharia. Vedações. Principais características do Pregão e diferenças procedimentais básicas em relação às demais modalidades. Diferenças procedimentais básicas entre o pregão presencial e o pregão eletrônico. Legislação aplicável ao pregão e pregão nas prefeituras. Dec. 10.024/2019. IN SEGES 206/2019. Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021). Decisões e recomendações de órgãos de controle.

Módulo II: Fase interna e externa segundo o Decreto nº 10.024/2019 e a NLLCA

Pregoeiro e equipe de apoio: atribuições e responsabilidades. Papel da Autoridade administrativa. Responsabilidade e responsabilização pela elaboração do edital. Definição do objeto e Termo de Referência. Edital: conteúdo básico. Modelos e editais da AGU. Orçamento sigiloso. Publicação. Prazo. Contagem. Credenciamento. Scaf. Impugnações e Esclarecimentos. Alterações no Edital. Modos de disputa. Modo de disputa aberto. Modo de disputa fechado. Intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances. Análise de conformidade em relação às propostas. Diligências. Recursos. Intenção de recurso. Decisão. Encerramento do procedimento. Homologação.

Módulo III: Vantagens às ME/EPP e Sistema de Registro de Preços

Diferimento de regularidade fiscal e trabalhista. Empate ficto. Licitação exclusiva. Cotas reservada e de ampla disputa. Subcontratação. Fundamento legal e regulamentação do SRP nos entes federativos. Definição do sistema de registro de preços. Hipóteses de utilização. Vantagens e desvantagens. Tipos de licitação. Características da licitação para registro de preços. Planejamento da contratação e o SRP. Disponibilidade orçamentária. Procedimento prévio da Intenção de Registro de Preços – IRP. Prazo. Obrigatoriedade. Análise pelo gerenciador. Consolidação do quantitativo e da pesquisa de preços. Inclusão de participante após a IRP. Órgão gerenciador, órgão participante e órgão não participante. Ata de Registro de Preços. Vigência máxima da ata. Alteração quantitativa e qualitativa do objeto registrado. Adesões de órgãos/entidades não participantes (caronas). Os órgãos de controle e a evolução do instituto (visão atual). Limites global e individual. Requisitos previstos no Decreto Federal 9.488/2018. Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021). Adesão vertical. Identidade entre o objeto registrado e aquele fornecido ao aderente.

Módulo IV: Cadastrando empresas no SICAF: credenciamento, inclusão e atualização

SISG, SIASG, UASG, SICAF e Comprasnet: o que essas siglas significam e porque o empresário deve conhecê-las? Cadastro na Plataforma GOV.BR. Acessando o SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo Federal. Alerta ao empresário: golpes envolvendo o cadastramento no SICAF. Requisitos para o cadastro. Escolhendo as linhas de atuação da empresa. Documentos necessários ao cadastro e níveis de cadastramento: Nível I – Credenciamento;

Nível II – Habilitação Jurídica; Nível III – Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal; Nível IV – Regularidade Fiscal Estadual e Municipal; Nível V – Qualificação Técnica; Nível VI – Qualificação Econômico-Financeira. Inserção de documentos de habilitação no sistema, e atualização de documentos. Passo a passo na operacionalização do SICAF pelo empresário. Visão geral do SICAF, acesso do fornecedor. O que o empresário consegue visualizar no SICAF? O que o pregoeiro consegue visualizar no SICAF? Consultas ao SICAF.

Módulo V: Criando a conta da empresa no Comprasnet, conhecendo o Comprasnet Mobile e o Comprasnet

Cadastramento da empresa no Comprasnet (Fornecedor Pessoa Jurídica). Menu do fornecedor. Dados cadastrais. Controle de usuários e senhas. Serviços disponíveis por perfil. Cotação Eletrônica. Pregão Eletrônico. RDC Eletrônico. Aviso de Licitações por e-mail. Download de Editais. Pesquisa licitações e registro das propostas iniciais. Download de editais e aviso de licitações por e-mail. Comprasnet Mobile. Menu do empresário no Comprasnet. Menu Proposta: incluir (cadastrar), excluir e consultar; Campos "Qtd. Ofertada", "Valor Unit. (R\$)", "Valor Total (R\$)", "Marca", "Fabricante", "Modelo/Versão", "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado". Declarações obrigatórias. Anexando a proposta inicial e os documentos de habilitação. Cuidados essenciais para não ser desclassificado.

Módulo VI: Adesão de um órgão municipal ao Comprasnet

Sistema de Gestão de Acesso. Passo a passo, com um caso real, em sala de aula.

Módulo VII: Como fazer pesquisa preliminar de preços

Pesquisa preliminar de preços. Normas e jurisprudência. Fontes de pesquisa e cota de preços aceitáveis. Cautelas na cotação de preços. Quando usar a média, a mediana e o menor preço. Fazendo pesquisa a partir do Painel de Preços do Comprasnet. Outras opções pagas e gratuitas de pesquisa de preços. Consultas ao Mural de Contratos do SACOP. Simulações práticas de pesquisas preliminares de preços.

Módulo VIII: Pregão no Comprasnet (pelo menos 16 horas)

Cadastramento do aviso de licitação. Cadastro de Intenção de Registro de Preços. Prática de Pregão Eletrônico segundo a Lei nº 14.133/2021. Vinculação da equipe do pregão. Inclusão de avisos, esclarecimentos e impugnações ao Edital. Operação da sessão pública (modo aberto), Governo. Operação da sessão pública (modo aberto). Empresa. Operação da sessão pública (modo aberto e fechado). Envio de lances e negociação na sessão pública. Consulta ao Scaf após a etapa competitiva. Julgamento. Adjudicação. Procedimento de cotação eletrônica.

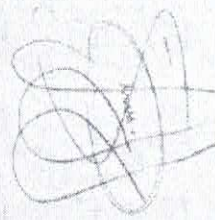


CERTIFICADO

Temos a honra por conceder à

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS

por sua dedicação ao evento **18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros**, realizado
no período de 28/03/2023 até 31/03/2023.



Rudimar Reis
Presidente Grupo Negócios Públicos



**NEGÓCIOS
PÚBLICOS**



Comissão de Licitação
Fis. 76
Rubrica

18 CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS

28 A 31 DE MARÇO DE 2023 | EVENTO HÍBRIDO

Termo de Declaração

O presente certificado atribui a participação no 18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, realizado no período de 28 a 31 de Março de 2023, totalizando 26 horas de capacitação extraordinária, incluindo oficinas.

NEGÓCIOS PÚBLICOS
Instituto

Instituto Negócios Públicos
Rua Dr. Brasil Vazante de Castro, 111 - 9º e 10º andar
Campo Comprido | CEP: 80.200-526 - Curitiba, PR
Fone: (41) 2778.1717 - WhatsApp: (41) 95677.0234
E-mail: fares@instituto.com.br
www.negociospublicos.com.br

TER | 28/MAR

CREDENCIAMENTO PRESENCIAL

ABERTURA DO SALÃO

CREDENCIAMENTO ONLINE

ABERTURA - Rudimar Reis | Presidente Grupo Negócios Públicos

INTERVALOS

10h às 10h:30 12h30 às 14h 16h às 16h:30

QUA | 29/MAR

PAINEL 1: UMA VISÃO ESTRUTURAL SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES

ABERTURA - Rudimar Reis | Presidente Grupo Negócios Públicos

NOVA LEI DE LICITAÇÕES: COMO CHEGAMOS ATE AQUI E PARA ONDE VAMOS? - Ministro Benjamin Zilver

O MUNDO "NÃO-SIS": UMA REALIDADE PARALELA? - Tatiana Canabarro

PNCIP: VITRINE DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OU UM PORTAL PARA O FUTURO DAS COMPRAS PÚBLICAS? - Victor Amorim

OFICINAS SIMULTÂNEAS

PAINEL 2: OS COMPRADORES PÚBLICOS NA LL

UM "NOVO" PREGOEIRO? - Carolina Zancaner

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS E SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES: COMO CONCRETIZAR EM MINHA ORGANIZAÇÃO? - Raquel Carvalho

CARREIRA DE COMPRADOR PÚBLICO E ESTRATÉGIAS DE REMUNERAÇÃO: O QUE É POSSÍVEL? - Christianne Strappa

QUI | 30/MAR

PAINEL 3: QUESTÕES PROCEDIMENTAIS E IMPACTOS DA LL NO PREGÃO

ABERTURA - Rudimar Reis | Presidente Grupo Negócios Públicos

ORÇAMENTO SIGILOSO: QUANDO E UMA BOA OPÇÃO? - Renny Charles

MODOS DE DISPUTA E A MODELAGEM DA LICITAÇÃO: TEREMOS UMA NOVA FORMA DE LICITAR? - Joel Niebuhr

INVERSÃO DE FASES NO PREGÃO: QUANDO E COMO USAR? - Felipe Boselli

OFICINAS SIMULTÂNEAS

METAVERSO: REALIDADE VIRTUAL OU UMA NOVA REALIDADE PARA AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS? - Rodrigo Pisoni

TALK SHOW

SEX | 31/MAR

PAINEL 4: O PREGOEIRO E OS ORGÃOS DE CONTROLE

ABERTURA - Rudimar Reis | Presidente Grupo Negócios Públicos

O QUE SÃO AS TAIS "LINHAS DE DEFESA" E ONDE ENTRA O "CONTROLE INTERNO"? - Paulo Alves

O PAPEL DA ASSESSORIA JURÍDICA NA LL: ALGO MUDOU? - Anderson Padua

O DIVÃO DO PREGOEIRO - Anderson Padua, Victor Amorim e Christianne Strappa

OFICINAS SIMULTÂNEAS

APENA CEP: O PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS NA CONSTRUÇÃO DA LL

ENCERRAMENTO OFICIAL



CERTIFICADO

O Grupo Negócios Públicos confere o presente certificado a

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS

por sua participação na oficina

(Presencial) O papel da assessoria jurídica na Lei nº 14.133/2021

realizado no dia 29/03/2023

Michelle Marry da Silva

Professor

Cargo

Michelle Marry

Rudimar Reis

Rudimar Reis

Presidente Grupo Negócios Públicos



**NEGÓCIOS
PÚBLICOS**



18º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOIEIROS

28 A 31 DE MARÇO DE 2023

📍 FÓZ DO IGUAÇU / PR ONLINE 100% AO VIVO

Termo de declaração

O presente certificado atribui a participação e conclusão do treinamento com tema e conteúdo aqui discriminados, ministradas durante o 18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, totalizando 04 horas de carga horária da respectiva oficina.

OFICINA

O PAPEL DA ASSESSORIA JURÍDICA NA LEI Nº14.133/2021

PROFESSOR

Michelle Marry

 CARGA HORÁRIA

4 HORAS

CONTEÚDO

- 1 - O papel do órgão de consultoria e assessoramento jurídico no processo licitatório;
- 2 - Limites para atuação do Advogado no processo licitatório;
- 3 - Fases do processo licitatório e a participação da assessoria jurídica;
- 4 - Governança das contratações públicas;
- 5 - Diferença entre assessoramento jurídico e consultoria jurídica;
- 6 - Atividades privativas de advocacia;
- 7 - Representação judicial e extrajudicial dos agentes públicos;
- 8 - Apoio dos órgãos de assessoramento jurídico aos agentes públicos;
- 9 - Funções essenciais à justiça e os Municípios sem procuradorias próprias;



**NEGÓCIOS
PÚBLICOS**
Instituto

Instituto Negócios Públicos
Rua Dr. Brasília Vicência de Castro, 111 - 9º e 10º andar
Centro Comercial IREY 83.200-526 - Curitiba/PR
Fone: (41) 3712.1117 - WhatsApp: (41) 988770754
E-mail: talec@institutenegocios.com.br
www.institutenegocios.com.br

CERTIFICADO

O Grupo Negócios Públicos confere o presente certificado a

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS

por sua participação na oficina

(Presencial) Contratações diretas na NLL: entendendo o Sistema de Dispensa
Eletrônica

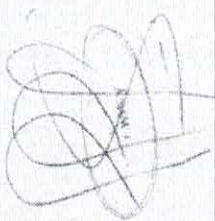
realizado no dia 31/03/2023



Professor

Cargo

Jamil Manasfi



Rudimar Reis

Presidente Grupo Negócios Públicos



**NEGÓCIOS
PÚBLICOS**



18 CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOIEIROS

20 A 31 DE MARÇO DE 2019 | EVENTO HÍBRIDO

Termo de declaração

O presente certificado atribui a participação e conclusão do treinamento com tema e conteúdo aqui discriminados, ministrados durante o 18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, totalizando 04 horas de carga horária da respectiva oficina.

**NEGÓCIOS
PÚBLICOS**
Instituto

Instituto Negócios Públicos
Rua Dr. Berto da Silva, 111 - 1º e 2º andar
Cidade: Curitiba - CEP: 80250-020 - Curitiba/PR
Fone: (41) 3778-1777 - WhatsApp: (41) 99477-0254
E-mail: business@inpp.org.br
www.inpp.org.br



OFICINA

CONTRATAÇÕES DIRETAS NA NLLCA: ENTENDENDO O SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA



PROFESSOR

Jamil Manasfi



CARGA HORÁRIA

4 HORAS



CONTEÚDO

Contratações Diretas na NLLCA: estruturação, atuação e interface com a assessoria jurídica.

- Fundamentos da contratação direta;
- Licitação x Contratação Direta;
- Processo de Contratação;
- Procedimento da Contratação Direta;
- Atualização dos Valores para Dispensa;
- Dispensa por Valor Econômico;
- Dispensa Eletrônica da NLLCA e IN nº 67/21;
- Vantagens da Dispensa Eletrônica;
- Dispensa de Parecer Jurídico - IN AGU nº 1/21 e ON nº 69/21;
- Dispensa - Licitação Deserta ou Fracassada;
- Dispensa por Objeto;
- Dispensa para Contratação Emergencial;
- Hipóteses de Inexigibilidade de Licitação;
- Divulgação no PNCP de Contratação Direta;
- Hipótese de Substituição do Instrumento Contratual;
- Crimes na Contratação Direta;
- Parâmetros para Elaboração de Parecer Jurídico;
- Procedimentos da Contratação Direta - Parecer Jurídico;
- Procedimentos da Contratação Direta - Controle das Contratações;
- Procedimentos da Contratação Direta - Garantia de Defesa na NLLCA;
- Procedimentos da Contratação Direta - Sanções Administrativas;
- Manifestação Jurídica Obrigatória - Sanções Administrativas;
- Manifestação Jurídica Obrigatória - Desconsideração da Personalidade Jurídica;
- Manifestação Jurídica Obrigatória - Reabilitação de Apenados com Impedimento de Licitar e Contratar ou Declaração de Inidoneidade;



CERTIFICADO

O Grupo Negócios Públicos confere o presente certificado a

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS

por sua participação na oficina

(Presencial) Contratações diretas na NLL: entendendo o Sistema de Dispensa
Eletrônica

realizado no dia 31/03/2023



Professor
Cargo
Jamil Manasfi



Rudimar Reis
Presidente Grupo Negócios Públicos



**NEGÓCIOS
PÚBLICOS**



18º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOIEIROS

20 a 31 DE MARÇO DE 2024 | EVENTO HÍBRIDO

Termo de declaração

O presente certificado atribui a participação e conclusão do treinamento com tema e conteúdo aqui discriminados, ministradas durante o 18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, totalizando 04 horas de carga horária da respectiva oficina.



**NEGÓCIOS
PÚBLICOS**
Instituto

Instituto Negócios Públicos

Rua Dr. Bráulio Vieira de Castro, 111 - 9º andar
Cidade Imperial - CEP: 20.000-000 - Curitiba/PR
Fone: (41) 3378-1177 - WhatsApp: (41) 9927770234
E-mail: atendimento@institupublicos.com.br
www.institupublicos.com.br



OFICINA

CONTRATAÇÕES DIRETAS NA NLL ENTENDENDO O SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA



PROFESSOR

Jamil Manasfi



CARGA HORÁRIA

4 HORAS



CONTEÚDO

Contratações Diretas na NLLCA: estruturação, atuação e interface com a assessoria jurídica.

Fundamentos da contratação direta;

Licitação x Contratação Direta;

Processo de Contratação;

Procedimento de Contratação Direta;

Atualização dos Valores para Dispensa;

Dispensa por Valor Econômico;

Dispensa Eletrônica da NLLCA e IN nº 67/21;

Vantagens da Dispensa Eletrônica;

Dispensa de Parecer Jurídico - IN AGU nº 1/21 e IN nº 69/21;

Dispensa - Licitação Deserta ou Fracassada;

Dispensa por Objeto;

Dispensa para Contratação Emergencial;

Hipóteses de Inexigibilidade de Licitação;

Divulgação no PNCP de Contratação Direta;

Hipótese de Substituição de Instrumento Contratual;

Crimes na Contratação Direta;

Parâmetros para Elaboração de Parecer Jurídico;

Procedimentos de Contratação Direta - Parecer Jurídico;

Procedimentos de Contratação Direta - Controle das Contratações;

Procedimentos de Contratação Direta - Garantia de Defesa na NLLCA;

Procedimentos de Contratação Direta - Sanções Administrativas;

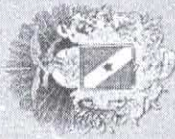
Manifestação Jurídica Obrigatória - Sanções Administrativas;

Manifestação Jurídica Obrigatória - Desconsideração da Personalidade Jurídica;

Manifestação Jurídica Obrigatória - Reabilitação de Apenados com Impedimento de

Licitar e Contratar ou Declaração de Indoneidade;





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Certificado

A presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições regimentais, resolve conferir o presente certificado a

PAULO VINICIU MEDEIROS

por participar do evento on-line "**Programa Conversando com o Controle Interno - 2021**" - Aula Magna e Conversa I: Fundamentos do Controle Interno.", promovido pela Escola de Contas Alberto Veloso - ECAV, em 12 e 13.04.2021, com carga horária de **06 horas**.

Belém, 10 maio 2021

Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira
Presidente do TCE-PA





12.04.2021 - Aula Magna: Prestação de Contas em Tempo de Pandemia.

- 9h
 - Abertura: **Boas Vindas**
Conselheira Presidente Maria de Lourdes Lima de Oliveira
- 9h05
 - Coordenador do evento
Conselheiro Fernando de Castro Ribeiro

- 9h15
 - Aula Magna: **Prestação de Contas em Tempo de Pandemia.**
Facilitadora: **Andréa Martins Cavalcante** – Auditora de Controle Externo – TCE/PA

13.04.2021 - Conversa I: Fundamentos do Controle Interno.

- 9h às 11h
 - Conversa I: **Fundamentos do Controle Interno**
 - Fundamentação legal, doutrinária e conceitual do sistema de controle interno;
 - Atribuições das unidades de controle interno;
 - Princípios do Controle Interno Administrativo;
 - Sistema de controle interno;
 - Avaliação do Controle Interno; e
 - Orientações aplicadas ao bom funcionamento do controle interno.
 - Facilitadores
 - **Andréa Martins Cavalcante** – Auditora de Controle Externo – TCE/PA
 - **Antônio Carlos Sales Ferreira Júnior** – Auditor de Controle Externo – TCE/PA
 - **Rafael Laredo Mendonça** – Auditor de Controle Externo – TCE/PA



CERTIFICADO

Certificamos, para os devidos fins, que **PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS** participou, com êxito, do curso de *Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros*, com carga-horária de 32 horas, realizado nos dias 19 a 22 de março de 2018, em Santarém (PA).

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

Santarém (PA), 22 de março de 2018.

instituto
CERTAME

Assinatura
A.B. Xavier Treinamentos
CNPJ 11.669.032/0001-09

Assinatura
Prof. Msc. Nilo Cruz Neto
Instrutor



Módulo I: Introdução as licitações públicas

Licitação: Conceito, Objeto, Previsão Constitucional. Quem é obrigado a licitar? Legislação Infra-Constitucional. Competência para licitar. Leis e decretos regulamentares mais importantes. Usurpação da competência por Estados e Municípios. O fenômeno das normas Estaduais e Municipais de licitação face a competência privativa da União para editar normas gerais sobre a matéria. Normas específicas e supletivas. Licitação como regra. Licitações na administração direta, autárquica e fundacional. Licitações nas empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias. Licitações no Sistema S. Etapas do procedimento licitatório. Modalidades de licitação e critérios de escolha. Convite. Tomada de Preços. Concorrência. Concurso. Pregão. Leilão. Consulta. RDC. Fracionamento da despesa. Níveis do Fracionamento. Parcelamento. Parcelamento e possibilidades. Diferença entre fracionamento e parcelamento. Escolhendo a modalidade adequada. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

Módulo II: Processos licitatórios em geral

Formalização dos processos licitatórios em geral. Existência de dotação orçamentária suficiente. Exigências específicas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Pesquisa preliminar de preços. Cesta de preços aceitáveis e normas de pesquisa preliminar de preços. Objetos da licitação: alienações, compras, obras, serviços, concessões e permissões. Alienação: bens móveis e imóveis. Compras: padronização e indicação de marcas. Termo de Referência: elementos essenciais segundo a legislação. Quem elabora o Termo de Referência. Exigência de amostras. Sistema de Registro de Preços: vantagens, possibilidades e operacionalização. SRP: entendo a Ata de Registro de Preços. SRP: órgãos gerenciador, participante e carona. Adesão possível e adesão vedada. Prazo de validade, elementos constitutivos e possibilidade e limites de adesão à Ata. Encerramento e revogação da Ata. Obras e Serviços: regimes de execução. Projeto Básico: conteúdo obrigatório. Planilha Orçamentária, BDI (Bonificações e Despesas Indiretas) e Encargos Sociais. Composição do BDI. Limites máximos e mínimos do BDI. Impactos da legislação que instituiu a CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta sobre o BDI. Projeto Executivo. Preços inexequíveis na contratação de obras, serviços e na aquisição de bens. Serviços técnicos especializados. O Edital. Quem elabora? Quem se responsabiliza pelo seu conteúdo? Valor estimado x valor máximo: existe diferença? Publicação do ato convocatório. Vícios de publicação e interregimes. Impugnação do Edital pelo cidadão e pelo licitante. Tipos de licitação. Menor preço. Melhor técnica. Técnica e preço. Maior lance ou oferta. Comissão de Licitação: atribuições, composição, vedações e responsabilidades. Parecer jurídico: características, eficácia e responsabilização do parecerista. Parecer vinculante ou opinativo? Parecer facultativo ou obrigatório? Habilitação Jurídica: empresas proibidas de participar, cooperativas, OS, OSCIPs, consórcios. Habilitação Fiscal e Trabalhista: FGTS, INSS, fisco estadual municipal etc. Qualificação Econômico-Financeira: balanço patrimonial, falcência, concordata e recuperação judicial, garantia de participação em licitações, capital e patrimônio líquido mínimos. Qualificação Técnica: atestados de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional, registro em órgão fiscalizador de profissão regulamentada. O responsável técnico e a comprovação de vínculo com a empresa licitante. Exigências de propriedades de máquinas e equipamentos. Exigência de localização. Regularidade Social. Inabilitação de todos os licitantes e possibilidades legais para a administração contornar o problema. Casos em que a documentação de habilitação pode ser dispensada. Documentos que nunca podem ser dispensados. Análise das propostas de preços: excesso de rigor e análise de confusão entre as empresas participantes. Participação de empresas com sócios em comum. Participação de filiais, ou de matriz e filial. Relação de parentesco entre sócios de empresas licitantes, ou entre estes e o agente público envolvido na licitação. Validade das propostas. Critérios de desempate. Desclassificação de todas as propostas. Adjudicação e homologação: procedimentos e responsabilidades. Recursos Administrativos. Micro e pequenas empresas nas licitações. (Lei Complementar nº 123/2006) prazo devido para comprovação da regularidade fiscal, empate ficto, licitações fechadas para ME/EPP, subcontratação obrigatória, cota reservada para ME/EPP e vantagens a empresas sediadas local ou regionalmente. Revogação e Anulação do processo licitatório. Licitações sustentáveis. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

Módulo III: Formação de pregoeiros

Entendendo o Pregão. Legislação. Conceito de bens e serviços comuns. Pregão para aquisição de equipamentos de informática. Pregão para obras de engenharia. Pregão: fase preparatória. Termo de Referência. Termo de Referência x Projeto Básico. Pregoeiro e equipe de apoio: atribuições e responsabilidades. Papel da autoridade administrativa. Conteúdo mínimo do Termo de Referência. Pregão: fase externa. Simulação de situações práticas durante um Pregão. Desclassificação das empresas participantes. Cuidados relativos à etapa de lances verbais. Pregão eletrônico x Pregão Presencial: diferenças essenciais no procedimento. Utilização de robôs no pregão eletrônico. Plataformas para a realização de pregões eletrônicos. Comprasnet, E-Licitações (EB) e Cidade-Compras (CNM). Adjudicação e Homologação no Pregão. Recursos. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

Módulo IV: RDC e outros temas correlatos

As novas regras de contratação governamental. Aspectos importantes e inovações trazidas pela Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações). Possibilidades de aplicação e principais vantagens para prefeituras e empresários. Vantagens perceptíveis frente a todas as demais modalidades de licitação, inclusive o Pregão: modos de disputa diferenciados, possibilidade de utilização de anteprojeto de engenharia como definidor do objeto a ser licitado, contratação integrada, remuneração variável, contrato de eficiência, contratação simultânea, novas regras para registro de preços, indicação de marca, exigência de amostras, pré-qualificação e critérios de julgamento ineditos. Diferenças essenciais em relação à Lei nº 8.666/1993. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

CERTIFICADO

O Instituto Educacional Estudos de Direito, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28302478/0001-95, certifica que

Paulo Viniciu Santos Medeiros

participou como ouvinte do

III Workshop sobre Licitações e Contratos: o processo de responsabilização administrativa à luz da Lei nº 14.133/21

perfazendo uma carga horária de 5 horas, para todos os efeitos legais.

Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 19 de abril de 2021.




Prof. Dr. Felipe Dalenogare Alves
Coordenador Científico do Evento

www.estudosdedireito.com.br
contato@estudosdedireito.com.br



CERTIFICADO

O Instituto Educacional Estudos de Direito, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28302478/0001-95, certifica que

Paulo Viniciu Santos Medeiros

participou como ouvinte do

II Workshop sobre Licitações e Contratos: a gestão e a fiscalização de contratos à luz da Lei nº 14.133/21

perfazendo uma carga horária de 5 horas, para todos os efeitos legais.

Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 19 de abril de 2021.




Prof. Dr. Felipe Dalenogare Alves
Coordenador Científico do Evento

www.estudosdedireito.com.br
contato@estudosdedireito.com.br



CERTIFICADO

O Instituto Educacional Estudos de Direito, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28302478/0001-95, certifica que

Paulo Viniciu Santos Medeiros

participou com frequência e aproveitamento do

Curso de atualização em Licitações e Contratos no âmbito municipal com base na Lei nº 14.133/21

perfazendo uma carga horária de 20 (vinte) horas, para todos os efeitos legais.

Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 19 de abril de 2021.


Prof. Dr. Felipe Dalenogare Alves
Coordenador Acadêmico do Curso

www.estudosde direito.com.br
contato@estudosde direito.com.br



CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS NO ÂMBITO MUNICIPAL COM BASE NA LEI Nº 14.133/21

Coordenador Acadêmico: Professor Doutor Felipe Dalenogare Alves

Carga Horária: 20 (vinte) horas/aula

Conteúdo programático do curso:

Aula 1:

Aspectos introdutórios da Nova Lei aplicáveis às licitações municipais no âmbito público e privado

Aula 2:

Aspectos práticos da Nova Lei aplicáveis ao processo e trâmite licitatório

Aula 3:

Aspectos práticos da Nova Lei aplicáveis aos contratos administrativos

Aula 4:

As responsabilidades, o processo sancionatório e as sanções administrativas na Nova Lei

Curso livre válido para fins de capacitação profissional, atualização profissional e extensão universitária, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 7º, da Lei nº 9.394/96 e do art. 1º, inciso I, do Decreto nº 5.154/2004.



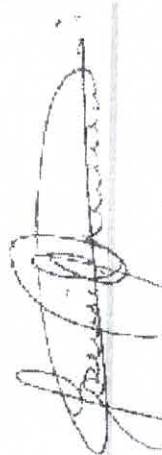


CERTIFICADO

A Escola de Gestão Pública e Modernização dos Municípios - EGPMM certifica que

Paulo Medeiros

participou da Oficina de Fiscalização de Contratos para Municípios promovida pela Escola de Gestão Pública e Modernização dos Municípios do Pará – EGPMM/PA, que aconteceu nos dias 04 e 05 de Novembro de 2019 em Santarém-Pa, com carga horária de 16 horas.


Josemir Nascimento
Diretor Executivo EGPMM



Leila Márcia Elias
Diretora Técnica/Coordenação de Cursos
da EGPMM



OFICINA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PARA MUNICÍPIOS

Objetivo do Curso

Conhecer a importância das regras de fiscalização e gestão dos contratos administrativos no setor público para a administração pública, por meio de procedimentos e respaldo legal.

Público Alvo

Profissionais da Administração Pública Direta e Indireta de todas as esferas de Governo, União, Estados e Municípios, envolvidos direta ou indiretamente com as contratações administrativas e sua gestão; Profissionais dos Três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como de Tribunais de Contas e Ministério Público, envolvidos direta ou indiretamente com as contratações administrativas e sua gestão; E profissionais de empresas privadas, pessoas físicas e demais entidades que celebrem contratos administrativos junto à Administração Pública.

Conteúdo Programático

- Visão sistêmica do processo de contratação na administração pública – 2hs
- Conceitos fundamentais- 4 hs
- A fiscalização e o gerenciamento do contrato – 8hs
- Avaliação dos contratos – 2 hs



PORTARIA Nº 001/2020-SEMMA

Santarém, 28 de janeiro de 2020.

DESIGNA PREGOEIRO E AUXILIARES
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO
AMBIENTE QUE ATUARÃO NA
CONDUÇÃO DAS LICITAÇÕES
REALIZADAS NA MODALIDADE
PREGÃO.

A Secretária Municipal de Meio Ambiente do Município de Santarém, Estado do Pará, neste ato representada por sua titular, **Sra. Vânia Maria Azevedo Portela**, no uso de suas atribuições legais, conforme o Decreto nº 008/2017-SEMGOF e o disposto no artigo 3º e inciso IV, da Lei Federal nº 10.520/2002 e também no que couber os dispositivos legais constantes da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

RESOLVE

Art. 1º Designar, **PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS**, como pregoeiro da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, nos processos licitatórios realizados na modalidade pregão, cabendo-lhes a responsabilidade de processar e julgar tais processos licitatórios, em todas as suas fases, especialmente:

- I – Appreciar e julgar as propostas apresentadas;
- II – Efetuar a inscrição em registro cadastral dos lances ofertados;
- III – Efetuar a habilitação das propostas classificadas.

Parágrafo único. Considerando a impossibilidade de o Pregoeiro designada exercer suas funções em razão de força maior ou por conveniência administrativa justificada, o procedimento administrativo será conduzido por Pregoeiro **Ad Hoc**, dentre os pregoeiros do Município, com a ciência da Secretária para a ratificação dos atos realizados.

Art. 2º Para atuar como auxiliar ou equipe de apoio do Pregoeiro nas licitações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, realizadas na modalidade pregão, ficam designados os seguintes servidores:

- Taiana Seleski Maia Moreira;
- Pâmela Maisa Theobald Furtado;
- Claudia Bruna Maia Bastita
- Raiza Fernanda Pena Corrêa Mota Fernandes;
- Raifson Félix Barros dos Santos;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se.

GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte.


VÂNIA MARIA AZEVEDO PORTELA
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto Nº 008/2017 - SEMGOF

PORTARIA Nº 003/2019-SEMMA

SANTARÉM, 16 DE JANEIRO DE 2019.

Dispõe sobre a Comissão de Licitação, para atuarem em todas as modalidades de licitação, dispensa, inexigibilidade e procedimentos diretos previstos na Lei Federal nº 8.666/1993, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Meio Ambiente, Sra. **VÂNIA MARIA AZEVEDO PORTELA**, no uso de suas atribuições legais, conforme Decreto nº 008/2017, de 01 de janeiro de 2017, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 51 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Considerando a Constituição da Comissão Permanente de Licitações, para atuarem em licitações nas modalidades: Tomada de Preço, Concursos, Concorrências, Convite, Chamada Pública, Termo Aditivo e Leilão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Santarém/PA.

RESOLVE

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Licitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMA, que se destina a processar e julgar os processos licitatórios nas modalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, bem como, Chamada Pública, Termo Aditivo, Dispensa de Licitação e Inexigibilidade, em todas as suas fases, pelo período de 1 (um) ano.

Art. 2º - Para compor a Comissão de Licitação, ficam designados como membros titulares, a seguir discriminados:

- **PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS – Presidente**
- **TAIANA SELESKI MAIA MOREIRA – Membro**
- **CLAUDIA BRUNA MAIA BASTITA – Membro**

Art. 3º - Para atuar como suplentes junto à Comissão de Licitação, ficam designados os seguintes servidores:

- **PÂMELA MAISA THEOBALD FURTADO – Suplente**
- **TÁSSIA LOYANE LIMA DA COSTA – Suplente**

Art. 4º - Os membros suplentes atuarão, sempre que verificados impedimentos de qualquer dos membros titulares, mediante prévia comunicação e registro em ata.

Art. 5º - A Comissão, que tem por função básica instruir, receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e a contratação direta mediante procedimentos de dispensa,





termo aditivo, chamada pública e inexigibilidade de licitação, a exercerá de acordo com os poderes/atribuições conferidos pela Lei 8.666/93 e suas modificações complementares e/ou posteriores.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se a portaria 051/2018.

Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se.

VÂNIA MARIA AZEVEDO PORTELA
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº 008/2017 - SEMGOF



PORTARIA Nº 049/2018-SEMMA

SANTARÉM, 11 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a Comissão de Licitação, para atuarem em licitações e procedimentos de contratação direta previstos na Lei Federal nº 8.666/1993, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências.

Constituição da Comissão Permanente de Licitações, para atuarem em licitações nas modalidades: Tomada de Preço, Concursos, Concorrências, Convite, Chamada Pública, Termo Aditivo e Leilão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Santarém/PA, e dá outras providências."

A Secretária Municipal de Meio Ambiente, Sra. **VÂNIA MARIA AZEVEDO PORTELA**, no uso de suas atribuições legais, conforme Decreto nº008/2017, de 01 de janeiro de 2017, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 51 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

RESOLVE

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Licitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMA, que se destina a processar e julgar os processos licitatórios nas modalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, bem como, Chamada Pública, Termo Aditivo, Dispensa de Licitação e Inexigibilidade, em todas as suas fases, pelo período de 1 (um) ano.

Art. 2º - Para compor a Comissão de Licitação, ficam designados como membros titulares, a seguir discriminados:

- PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS – Presidente.
- SHAYANE NAYARA FARIAS KOSTOV – Membro
- CLAUDIA BRUNA MAIA BASTITA - Membro

Art. 3º - Para atuar como suplentes junto à Comissão de Licitação, ficam designados os seguintes servidores:

- PÂMELA MAISA THEOBALD FURTADO – Suplente
- TÁSSIA LOYANE LIMA DA COSTA – Suplente

Art. 4º - Os membros suplentes atuarão, sempre que verificados impedimentos de qualquer dos membros titulares, mediante prévia comunicação e registro em ata.

Art. 5º - A Comissão, que tem por função básica instruir, receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e a contratação direta mediante procedimentos de dispensa, termo aditivo, chamada pública e inexigibilidade de licitação, a exercerá de acordo com os poderes/atribuições conferidos pela Lei 8.666/93 e suas modificações complementares e/ou posteriores.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se.

VÂNIA MARIA AZEVEDO PORTELA
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº 008/2017 - SEMGOF



PORTARIA Nº 002/2019-SEMMA

Santarém, 16 de janeiro de 2019.

**DESIGNA PREGOEIRO E
AUXILIARES DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
QUE ATUARÃO NA CONDUÇÃO
DAS LICITAÇÕES REALIZADAS NA
MODALIDADE PREGÃO.**

A Secretária Municipal de Meio Ambiente, **Sra. Vânia Maria Azevedo Portela**, no uso de suas atribuições legais, conforme o Decreto nº 008/2017-SEMGOF e o disposto no artigo 3º e inciso IV, da Lei Federal nº 10.520/2002.

RESOLVE

Art. 1º Designar, **PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS**, como pregoeiro da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, nos processos licitatórios realizados na modalidade pregão, cabendo-lhes a responsabilidade de processar e julgar tais processos licitatórios, em todas as suas fases, especialmente:

- I – Apreciar e julgar as propostas apresentadas;
- II – Efetuar a inscrição em registro cadastral dos lances ofertados;
- III – Efetuar a habilitação das propostas classificadas.

Parágrafo único. Considerando a impossibilidade do Pregoeiro designada exercer suas funções em razão de força maior ou por conveniência administrativa justificada, o procedimento administrativo será conduzida por Pregoeiro **Ad Hoc**, dentre os pregoeiros do Município, com a ciência da Secretária para a ratificação dos atos realizados.

Art. 2º Para atuar como auxiliar ou equipe de apoio do Pregoeiro nas licitações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, realizadas na modalidade pregão, ficam designados os seguintes servidores:

- Taiana Seleski Maia Moreira;
- Pâmela Maisa Theobald Furtado;
- Claudia Bruna Maia Bastita
- Raíza Fernanda Pena Corrêa Mota Fernandes;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a portaria nº 012/2018

Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se.

GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, aos dezesseis dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove.

VÂNIA MARIA AZEVEDO PORTELA
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto Nº 008/2017 - SEMGOF



INEXIGIBILIDADE Nº 6.2023-010-PMVX



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2023

OBJETO: Prestação de Serviços de atos Privativos de Advogado para Assessoria e Consultoria Jurídica, Análise e Emissão de Pareceres Jurídicos dos Processos Licitatórios para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu.

JUNTADA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Juntamos aos autos do processo de Inexigibilidade nº 6.2023-010-PMVX, todos os documentos solicitados referentes à habilitação da empresa PAULO MEDEIROS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.

Vitória do Xingu/PA, 31 de julho de 2023



JOSÉ DE ARIMATÉIA A. BATISTA
Presidente da CPL – Decreto n. 227/2023



INEXIGIBILIDADE Nº. 6.2023-010-PMVX

JUSTIFICATIVAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2023

OBJETO: Prestação de Serviços de atos Privativos de Advogado para Assessoria e Consultoria Jurídica, Análise e Emissão de Pareceres Jurídicos dos Processos Licitatórios para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu.